CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CNPJ n.º 16.849.271/0001-56
NIRE 42 3 0004280-3

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Ouro Verde S.A. ("Ouro Verde" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Ouro Verde (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 29,7 MW e capacidade comercial de 13,8 MW médios. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Ouro Verde não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Ouro Verde pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP) – antes denominada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. -, que por sua vez é controlada da ENGIE Brasil Energia, anteriormente Tractebel Energia S.A.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2016, a economia brasileira deu sequência à desaceleração registrada no ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 3,6%[1], acumulando retração de 9% desde o início da recessão econômica, em 2014. Foi a primeira vez que o país vivenciou dois anos seguidos de retração no nível de atividade da economia – a série histórica oficial teve início em 1948. Em 2015, o recuo foi de 3,8%, o maior em 25 anos.

O País fechou o ano com a inflação oficial de 6,3%[1] – no teto da meta do governo, puxada principalmente pelos preços de alimentos. O défice primário acumulado do setor público alcançou R$ 154,255 bilhões – valor que representa 2,4% do PIB, o pior resultado da série histórica. O dólar comercial fechou 2016 em queda de 17,7% frente ao real, cotado a R$ 3,2497, a primeira queda anual desde 2010.

A produção industrial registrou queda de 6,6% em relação a 2015. O mercado de trabalho também foi afetado. Ao final do ano, o número de desempregados no País alcançou a marca de 12,3 milhões de pessoas – a taxa de desocupação média para 2016 foi de 11,5%, acima dos 8,5% registrados em 2015 (IBGE).

[1] *Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

4. Implantação da Usina

Ao fim do ano, foram concluídas as montagens das torres, nacelles, hubs e pás dos 11 aerogeradores da Usina. O início da operação comercial ocorreu em abril de 2017.

5. Agradecimentos

A Administração de Ouro Verde agradece a contribuição de todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2016.

A Administração

CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.

CNPJ nº 16.849.271/0001-56 | NIRE nº 42 3 0004280-3

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015 (Não Auditado)
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	127	13
Estoques		73	-
Créditos fiscais a recuperar		41	-
Adiantamento a fornecedores		125	118
Despesas Antecipadas		270	330
Outros ativos		40	-
		676	**461**
Imobilizado	5	111.999	63.803
Intangível		499	75
		112.498	**63.878**
TOTAL		**113.174**	**64.339**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2016	31.12.2015 (Não Auditado)
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.385	21.291
Outros passivos		111	102
		1.496	**21.393**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Transações com partes relacionadas	8	8.986	-
		8.986	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	6	103.483	43.158
Prejuízos acumulados		(791)	(212)
		102.692	**42.946**
TOTAL		**113.174**	**64.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.

CNPJ nº 16.849.271/0001-56 | NIRE nº 42 3 0004280-3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015 (Não Auditado)
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo de produção de energia elétrica	(403)	-
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(181)	(222)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receita financeira, líquida	5	7
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(579)**	**(215)**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2014 (Não Auditado)	**7.095**	**3**	**-**	**7.098**
Aumento de capital	36.063	-	-	36.063
Prejuízo do exercício	-	-	(215)	(215)
Absorção de prejuízo	-	(3)	3	-
SALDOS EM 31.12.2015 (Não Auditado)	**43.158**	**-**	**(212)**	**42.946**
Aumento de capital	60.325	-	-	60.325
Prejuízo do exercício	-	-	(579)	(579)
SALDOS EM 31.12.2016	**103.483**	**-**	**(791)**	**102.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.

CNPJ nº 16.849.271/0001-56 | NIRE nº 42 3 0004280-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	31.12.2016	31.12.2015 (Não Auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(579)**	**(215)**
Ajustes para conciliar o prejuízo:		
Variação monetária de adiantamento a fornecedores	-	(12)
Juros	1	-
Prejuízo ajustado	**(578)**	**(227)**
(Aumento) nos ativos:		
Adiantamento a fornecedores	(7)	-
Outros ativos	(94)	(92)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	146	(205)
Outros passivos	461	39
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(73)**	**(485)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(60.138)	(35.576)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(60.138)**	**(35.576)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	60.325	36.063
Caixa líquido das atividades de financiamento	**60.325**	**36.063**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**114**	**2**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13	11
Saldo final	127	13
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**114**	**2**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	(20.052)	21.273
Ampliação da subestação do Consórcio Trairí	2.037	-
Aquisição de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí	6.499	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA OURO VERDE S.A.

CNPJ nº 16.849.271/0001-56 | NIRE nº 42 3 0004280-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Ouro Verde S.A. ("Ouro Verde" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.09.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem por objeto social a implantação e a exploração da Central Eólica Ouro Verde ("EOL Ouro Verde"), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

Em janeiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), emitiu a Resolução Autorizativa nº 5.023, autorizando a Companhia a implantar e explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, a EOL Ouro Verde e o sistema de transmissão, a ser compartilhado com outras centrais eólicas controladas indiretas da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). O prazo da autorização é de 30 anos a contar da data de 23.01.2015.

A EOL Ouro Verde pertence ao Complexo Eólico Santa Mônica ("CESM"), localizado no município de Trairi (CE), que é composto por outros 3 parques eólicos, com capacidade instalada total de 97,2 MW. Em agosto de 2015, o CESM comercializou 46,0 MW no Leilão de Geração promovido pela Aneel, a preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. A energia negociada no leilão terá início de suprimento em 01.01.2018. A EOL Ouro Verde entrou em operação comercial em abril de 2017.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Companhia que afetam suas demonstrações contábeis são as vidas úteis do ativo imobilizado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.05.2017.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Investimentos em consórcios

A Companhia detém participações em consórcios (entidades sem personalidade jurídica). Os ativos, passivos, receitas e despesas destes consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais coincidem com a vida útil dos bens.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.

e) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

f) Contrato de arrendamento

É considerado como operacional, portanto, os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

e.1) IFRS 16 – *leasing*

A norma define um modelo único de contabilidade de leasing, exigindo que o arrendatário reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses. Quando da aplicação desta norma, vigente a partir de 2019, os contratos de arrendamento da Companhia serão reconhecidos como um direito de uso do ativo, a ser amortizado no prazo do contrato, em contrapartida de uma obrigação, que será reduzida à medida que os arrendamentos forem sendo pagos.

4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015 (Não Auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	**121**	**13**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo - Citibank		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	6	-
	127	**13**

5 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2016			31.12.2015 (Não Auditado)
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	10,8	120	(13)	107	-
Máquinas e equipamentos	10,4	7.105	(741)	6.364	-
		7.225	**(754)**	**6.471**	**-**
Em curso					
Terrenos		700	-	700	700
Edificações e benfeitorias		6.504	-	6.504	6.490
Máquinas e equipamentos		29.982	-	29.982	1.706
Adiantamento a fornecedores		61.775	-	61.775	52.389
Outros a ratear		6.567	-	6.567	2.518
		105.528	**-**	**105.528**	**63.803**
		112.753	**(754)**	**111.999**	**63.803**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2014 (Não Auditado)	**-**	**-**	**7.029**	**7.029**
Ingressos	-	-	56.774	56.774
Saldo em 31.12.2015 (Não Auditado)	**-**	**-**	**63.803**	**63.803**
Ingressos	-	-	39.660	39.660
Ampliação da subestação do Consórcio Trairí	-	-	2.037	2.037
Aquisição de ativos do Consórcio Trairí	107	4.371	14	4.492
Aquisição de ativos do Consórcio Faísa-Trairí	-	2.007	-	2.007
Transferências	-	(14)	14	-
Saldo em 31.12.2016	**107**	**6.364**	**105.528**	**111.999**

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para implantação e exploração da EOL Ouro Verde, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 23.01.2015. A Usina é constituída de 11 unidades geradoras, cuja operação comercial teve início em abril de 2017.

6 - CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, em 31.12.2016, é de R$ 103.483 (R$ 43.158 em 31.12.2015), representado por 103.483.086 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 103.483.085 ações de propriedade da EEC e 1 ação da ENGIE Brasil Energia.

7 - COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de arrendamento

A Companhia mantém contrato de arrendamento do terreno utilizado na instalação e edificação das torres dos aerogeradores da subestação e das instalações de transmissão associadas. O contrato prevê um valor fixo atualizado por índice de inflação até o início da operação e um percentual sobre a receita durante a operação. O prazo do contrato equivale ao da autorização concedida pela Aneel.

b) Contrato para construção em andamento

Em junho de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Bac Eólica Estrutural Ltda., tendo como objeto executar a engenharia e a construção de sapatas e o projeto, o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e o comissionamento de aerogeradores.

O compromisso futuro assumido pela Companhia como contraprestação dos serviços na data base de 31.12.2016 é de R$ 19.774. O prazo previsto para a entrega da obra é 2016.

c) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Companhia mantém contratos de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Os pagamentos mínimos futuros estimados com esses compromissos, na data base de 31.12.2016, são de R$ 22.453.

8 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Operações no âmbito dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí

a.1) Aquisição de ativos dos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí

No ano de 2016 a Companhia ingressou nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairí, tendo adquirido 13,97% e 6,98%, respectivamente. Com isto, sua energia será escoada através das linhas de transmissão e subestações desses consórcios.

a.2) Ampliação da subestação do Consórcio Trairí

Em virtude do ingresso de novas usinas no Consórcio Trairí, inclusive de Ouro Verde, houve a necessidade de ampliação da subestação do referido consórcio. Dessa maneira, a Companhia registrou em seu passivo não circulante o valor a pagar correspondente a sua participação na ampliação do Consórcio Trairí, o qual será corrigido pelo IPCA e, amortizado no prazo de dez anos contados a partir da quitação dos financiamentos de cada uma das empresas.

9 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Entrada em operação do parque eólico Ouro Verde

Em 05.04.2017, a Aneel autorizou o início da operação comercial das onze unidades geradoras do parque eólico Ouro Verde, localizado no município de Trairi, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada total é de 29,7 MW e a capacidade comercial total é de 13,2 MW médios.

b) Contratação de financiamento junto ao BNDES

A Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R$ 108.034, para financiamento da construção de Ouro Verde. Esse total é corrigido via juros equivalentes a TJLP + 2,18% a.a. e amortizações mensais de junho de 2017 a maio de 2033. Em 22.02.2017 ocorreu a liberação de parte dos recursos, no montante de R$ 58.470.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2016, da Central Eólica Ouro Verde S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

Fernando Aires de Alencar
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTADOR

Marcelo Cardoso Malta
CRC RJ 072259/O-5 T-SC

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Central Eólica Ouro Verde S.A.
Florianópolis - SC

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Ouro Verde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Ouro Verde S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 24 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.